

Ética e educação católica inaciana

Gilvandro Coelho

Na coleção Afrânio Peixoto, da Academia Brasileira de Letras, o professor **Arnaldo Niskier**, ex-presidente daquela instituição e ex-secretário de Estado para a Tecnologia e para a Educação, no Rio de Janeiro, publicou, o ano passado, um livro de crônicas, rico de experiência, a que deu o título de **"A Árvore da Educação"** (2000, p. 260).

Nele reuniu 100 crônicas sobre a matéria, publicadas em diversos jornais brasileiros e, com a sua reconhecida sensibilidade de educador, proclamou, logo na introdução, que a educação vive hoje um momento de grande dinamismo. Isso não significa, diz ele, que os seus grandes problemas estejam resolvidos, mas há forte tendência a encará-los com coragem e espírito público de determinação. Assim, a questão da quantidade parece equacionada. No entanto há um espaço imenso na árvore da educação no que se refere à qualidade: professores mal formados e, sobretudo, desmotivados, em função de seus salários ainda baixos. No ano 2000, éramos 19 milhões de analfabetos e 300 mil professores leigos.

Ao ler aquelas crônicas, preparando-me para falar a este atento auditório sobre o oportuno tema "Ética e Educação Católica", na mesma ocasião em que o Círculo Católico de Pernambuco lança o n. 6 da revista na qual divulga o seu trabalho e coloca suas idéias, a imprensa diária apresenta dados estatísticos informando que o Brasil não é mais um país de maioria católica. Ocorreu-me, para logo, a pergunta: o que deveremos fazer? Algumas respostas chegaram pela própria mídia.

(NISKIER 2000) disse, para logo, nesse mesmo livro, que as perspectivas são animadoras, com o computador, a informática, o satélite e a educação a distância, que começa a deslanchar, embora de forma discreta. Mas, em nosso Brasil, os números são amedrontadores e desafiantes. Temos cerca de 19 milhões de analfabetos e 300 mil professores leigos.

O Professor Paulo Renato Souza, Ministro da Educação, em artigo recente, intitulado "A Questão Racial e a Educação" (Folha de S. Paulo, 30 de agosto de 2001, p. 3), mostrou o quanto o governo federal tem feito no que concerne à inclusão social dos chamados excluídos. Disse ainda que, garantido aos mesmos o acesso à educação, o seu Ministério quer a permanência do aluno na escola. Para esse fim, foi criado o programa bolsa-escola para ajudar as famílias que sobrevivem com menos de meio salário mínimo mensal. Está sendo promovida a universalização do ensino médio que já atrai pobres e negros em massa, mas necessita de recursos específicos, que estão sendo negociados com o BID. No ensino superior, também ocorre o crescimento da demanda e um programa de pré-vestibulares aumentará as chances desses excluídos sociais, em sua maioria pobres, negros e crianças nordestinas, sem necessidade de criar cotas raciais nas universidades. Por fim, diz acreditar na capacidade de desempenho do estudante brasileiro quando estimulado e apoiado.

O mesmo jornal, "FOLHA DE S. PAULO", em sua coluna "Tendências/Debates" (2001, p. 3), lançou a pergunta: "Devem ser criadas cotas para alunos negros no ensino superior?" Como sempre procede aquele órgão da imprensa, que tem circulação nacional, a ela foram dadas duas respostas. O professor **Isaias Raw**, emérito da Faculdade de Medicina da Universidade de S. Paulo (USP), concluiu com um **NÃO**. Fundado em sua experiência docente, afirmou: "as cotas fazem exatamente isso: oferecem uma vaga que garante o insucesso". Continuando, diz: "Existem outras soluções mais eficazes (e democráticas, pois uma vaga concedida pela cor da pele é a negação dos direitos de outros). As universidades públicas poderiam selecionar e acompanhar alunos das escolas secundárias públicas, oferecendo em seus "campi" educação adicional que não existe na rede. Estariam criando um curso suplementar para jovens que têm potencial intelectual". Coube à doutora **Flávia Piovesan**, professora de Direito Constitucional e Direitos Humanos da PUC-SP, e à autora de acidentes do trabalho do estado de S. Paulo, **Márcia Regina Virgens**, dizerem o **SIM**. Para elas, há necessidade de ações afirmativas com

medidas urgentes, como imperativos ético, político e social, capaz de romper com o legado discriminatório que tem negado à metade da população brasileira o pleno exercício de seus direitos e liberdades fundamentais.

Diante desse quadro divergente, o nosso tema - "Ética e Educação Católica" - requer do educador católico que principie relembando dois documentos fundamentais: a Exortação Apostólica, de 22 de novembro de 1981, "Familiaris Consortio", do Papa João Paulo II, (1982) sobre a missão da família cristã no mundo de hoje, dirigida a todo o episcopado, ao clero e aos fiéis da Igreja Católica e a Carta de Direitos da Família, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Edições Loyola, S. Paulo 1983).

1. Missão da família cristã

Nessa Carta Apostólica sobre a Missão da Família Cristã no Mundo de Hoje (1982), Sua Santidade diz que educar é direito-dever dos pais, fundado no amor paterno e materno que se reveste das seguintes características: original, primário, insubstituível e inalienável. Original e primário em relação ao dever dos outros. Insubstituível e inalienável porque não é delegável totalmente a outros ou por outros usurpável. Conseqüentemente, deve ser voltado para os valores essenciais da vida humana. Obriga outras instituições, como o Estado e a Igreja, a prestarem à família todos os meios possíveis para que ela cumpra adequadamente os seus deveres educativos, e assegura aos pais o direito à escolha de uma educação conforme a sua fé religiosa.

Vale ressaltar, porém, que a família, embora seja a primeira, não é a única e exclusiva comunidade educativa. A Igreja e o Estado têm obrigação de proporcionar a todas as famílias os instrumentos necessários para que possam exercer, de modo adequado, os seus aludidos deveres educativos. Nessa perspectiva, a escola católica tem necessidade de dar uma atenção especial aos pais dos alunos e à formação de uma perfeita comunidade educadora.

A família, fundada no princípio e na força de comunhão que une esposos e filhos é, sem dúvida,

comunidade a serviço dos homens. Não pode, assim, fechar-se nas funções procriativa e educativa. Tem relevante função social e política. Pelo sacramento do matrimônio, recebe abundantes graças, assume responsabilidades cristãs e, como santuário doméstico, obedece a uma carta de direitos que a defende, aberta e fortemente, contra a intolerância e usurpações de outras sociedades e do Estado.

A comunhão conjugal, caracterizada pela unidade e pela indissolubilidade, exige, pelo bem dos filhos, a inteira fidelidade dos cônjuges, o respeito à dignidade da mulher e dos direitos da criança. Requer, também, o reconhecimento do papel importante dos anciãos na família, como testemunhas do passado e inspiradores de sabedoria para que os jovens assumam, com responsabilidade, o múltiplo patrimônio dos valores cristãos, muito bem analisados por mestres, como Jacques Leclercq, da Universidade belga de Louvain, em seus livros "A Família" (Ed. Universidade de S. Paulo, 1968) e "Valores Cristãos" (Ed. Quadrante, S. Paulo, 1985).

Em todas as circunstâncias, a Igreja deve agir como Mãe e Mestra, ao mesmo tempo, não só para os cônjuges em suas dificuldades mas também para a família, por ela inserida em seu próprio mistério. Como mãe, ela deve estar bem próxima dos casais para socorrê-los em suas mais variadas dificuldades. Como mestra, não deve cansar-se de proclamar a norma moral, de interpretá-la à luz da verdade revelada por Jesus Cristo, sem esconder as suas exigências de radicalidade e de perfeição.

2. Como educar, então?

Ao reconhecer que a educação é necessária ao desenvolvimento e à formação do homem porque ensina a pensar e a viver em sociedade, que é o seu meio natural, a sociedade deve basear o processo educativo em uma filosofia de vida. E, neste processo de desenvolvimento e formação da personalidade, cada pessoa, ou seja, cada ser humano tem o direito de ser educado de acordo com a filosofia de vida da família a que pertence. A família não é apenas a geradora da prole, mas uma sociedade anterior à própria Nação e ao

Estado, como hoje os concebemos. Conseqüentemente, não deve caber à comunidade nem ao Estado o direito de realizar a escolha daquele processo essencial ao desenvolvimento e à formação da personalidade.

Fica claro, ainda, que toda educação, para ser integral, como integral é a pessoa a ser educada, requer oito aspectos básicos que devem ser harmônicos, não podem ser esquecidos ou minimizados: a educação moral, a educação da inteligência, a educação religiosa, a educação da afetividade, a educação sexual, a educação física e da saúde, a educação para a cidadania, a educação vocacional e profissional. Por essas razões, a educação constitui, na sua integralidade, ou seja, em todos os seus aspectos, um dos direitos fundamentais do homem, garantido pela Declaração Universal dos Direitos do Homem (Art. 26) e pela Constituição Federal do Brasil. (1988), conforme o Art. 205, que dispõe textualmente:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Na qualidade de direito de todos, o conceito de educação é mais compreensivo e abrangente que o de instrução. Enquanto esta é limitada à transmissão de conhecimentos, aquela, a educação, constitui uma das formas de realização concreta do ideal democrático porque deve propiciar a preparação para o exercício consciente da cidadania e a qualificação para o trabalho. Exige, portanto, que a qualidade do ensino seja analisada a partir dos fatores internos e externos que compatibilizem necessidades e padrões da comunidade.

3. A educação cristã

Com o objetivo de promover essa educação, que é direito de todos e dever do Estado e da família, como também proclama a Constituição, a educação cristã, pelo fato de ser cristã deve determinar-se pelo conceito cristão de homem: ser

criado por Deus, à sua imagem e semelhança, formado de carne e espírito, que tem consciência de não ser perfeito, mas perfectível, e de carregar as imperfeições decorrentes do pecado. Dada a sua origem divina, o homem sabe que a sua natureza é boa em si mesma. Mas sabe também que ela faz exigências que, em geral, são as mesmas de toda educação autêntica (ajudar o homem a atingir a sua plena formação como homem), como também algumas específicas: promover o desenvolvimento da inteligência cristã e o fortalecimento da vida espiritual.

Para atingir esse resultado, dois pontos práticos devem ser perseguidos. Apontados por outro mestre, Jacques Maritain (1968), são: a formação moral da juventude e a educação liberal para todos. Quanto ao primeiro, a formação moral da juventude, vale observar que a escola, o colégio e a universidade integram, como partes, o processo educativo e transmitem conhecimentos indispensáveis à vida, porém ensinam mais a pensar do que a viver. A educação moral tem sido atribuída mais à família, assistida pela comunidade religiosa. No que tange ao segundo, a formação liberal para todos, deve ser orientada para a sabedoria e visar a desenvolver a capacidade de pensar com retidão para desfrutar da verdade e da beleza, com o objetivo de formar o homem todo.

Muitas são as escolas pedagógicas e de espiritualidade cristã, como a beneditina, a jesuíta e a salesiana, para citar apenas três das ordens ou congregações religiosas que, no plano educacional, de há muito mantêm renomados colégios em nossa capital pernambucana. Dentre elas, ressaltarei agora a jesuíta como justa homenagem à Universidade Católica de Pernambuco, que, neste 2001, celebra o jubileu dos 50 anos, porque bem a conheço e nela ensino desde 1946. Além da UNICAP, os jesuítas mantêm, no Recife, o Colégio Nóbrega e o tradicional Liceu de Artes e Ofícios.

4. Em que consiste a pedagogia inaciana?

Santo Inácio de Loyola (1491-1556), o fundador da Companhia de Jesus, apontou um caminho novo a ser seguido na educação. Em seus

“Exercícios Espirituais”, levava a participar do apostolado de Jesus buscando sempre, antes de tudo, a sua vontade e ensinou a encontrá-la pelo discernimento. Tal como o Divino Mestre, que chamava a cada discípulo pelo próprio nome e a todos conhecia, Inácio sabia quem eles eram, conhecia os seus familiares e participava de suas vidas, alegrias e tristezas. Usava linguagem acessível a quem o escutava, recheando-a de exemplos retirados do cotidiano. Na expressão lapidar da conhecida “Ratio Studiorum”, ensinou que “não é suficiente que os alunos se tornem sábios trabalhando. É preciso levá-los a querer trabalhar e a querer ser sábios”.

Na lição do prof. Junot Cornélio Matos, da aludida Universidade Católica de Pernambuco e membro do grupo de reflexão da Pedagogia Inaciana, o método inaciano privilegia momentos diferentes e modalidades diversas de organização dos discípulos. Dirige-se à multidão. Daí escolhe doze, dentre os quais elege três, donde retira um para liderar a todos. Delega competência e autoridade, envia-os em grupo (Cfr. Revista de Educação CEAP, Salvador, setembro de 1999, p. 76-78).

O jesuíta, padre João Batista Libânio, professor no Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus, em Belo Horizonte, MG, afirma que “Inácio vive na confluência de dois mundos. Carrega ambos em si. É medieval e moderno. Medieval pela tradição religiosa e familiar. É moderno pelo contacto com o mundo das letras, pela organização da empresa apostólica. Após algumas considerações, continua: “É moderno pela racionalidade como organiza essa missão mundial. Vive já no mundo das grandes descobertas. Seu horizonte supera a pequena Europa. Do pequeno quarto de Roma, tem o mapa mundi diante de si.” (Cfr. Grande Sinal, ed. Vozes, Petrópolis, 1991, número dedicado ao Quinto centenário de Sto. Inácio de Loyola). Em livro recente (“O discernimento espiritual revisitado” Ed. Loyola, S. Paulo 2000), o mesmo padre Libânio concluiu: “É um mesmo processo de discernimento que se opera em todas as partes, no sentido de que se busca sempre sob a guia do Espírito a vontade de Deus. É um processo sempre diferente em todas

as partes, já que esta vontade se encarna nas diversas situações. A diversidade das maneiras é riqueza. Riqueza que ajuda cada um a viver em seu lugar com maior pureza e evangelicidade seu discernimento. As luzes que nos vêm das maneiras de formular e viver o discernimento no Primeiro Mundo ajudam-nos a viver a maneira de vivermos no Terceiro Mundo nossos discernimentos. E esperamos que nossa maneira ajude aos do Primeiro Mundo a viverem com autenticidade a sua busca da vontade de Deus” (p. 78).

Isso significa que a Companhia de Jesus deve primar, em suas instituições educativas, não só pela excelência acadêmica e rigor científico como qualquer instituição de escol, mas também oferecer aos seus alunos, prioritariamente, preparação adequada para a formação do espírito, do coração e da consciência antes que conhecimento e competência para o exercício de uma profissão. Sua finalidade não é imediatista, nem utilitária, tampouco restrita ao âmbito interno da escola. Para além da escola, ou, a partir dela, procura exercer uma influência ética na sociedade, seja através da capacitação de homens e mulheres para e com os outros, seja para a formação de agentes multiplicadores.

Falando sobre os valores característicos do projeto educativo dos Jesuítas, o Superior Geral, padre Peter-Hans Kolvenbach, declarou: “um objetivo que ocupa lugar proeminente na educação jesuíta é o desenvolvimento das possibilidades intelectuais que Deus deu a cada estudante.” Mas – acrescentou para logo – “isto não é a meta final.” Essa só pode ser o total desenvolvimento da pessoa, o qual leva à ação, uma ação animada pelo Espírito de Jesus Cristo, revelador do mistério de Deus, o Homem-para-todos.

Os diversos documentos da Companhia de Jesus assinalam uma nova compreensão do humanismo social cristão e de outros valores, igualmente cristãos, como o Primado da Pessoa Humana, o sentido da presença amorosa de Deus no mundo, a pessoa de Jesus, os serviços da fé e a promoção da justiça, qualidade e excelência acadêmica, a formação de lideranças capazes de atuar em prol da justiça e do bem comum, docentes comprometidos e identificados com a pedagogia

inaciana e ambiente de participação co-responsável.

A nova compreensão desse humanismo social cristão assinala o papel social da escola que conduz docentes, discentes e funcionários a formarem uma consciência social e a se engajarem na luta pela justiça. Conforme declarou o referido Superior Geral da Companhia, Padre Peter-Hans Kolvenbach, trata-se de “promover no estudante não só a competência profissional ou a sensibilidade social, mas também o espírito crítico capaz de analisar a realidade social, compreender seu dinamismo e discernir entre o que contribui para a libertação e a vida do povo e o que, ao contrário, o empobrece e desumaniza”.

5. Os desafios do novo milênio

O novo milênio, que inicia a sua longa caminhada, evidencia alguns desafios à educação cristã, que devem ser equacionados e vencidos com a indispensável base ética. Em alocação pronunciada em Arequipa, Peru, no centenário do Colégio Jesuíta S. José, e inserida na Coleção Inaciana (vol. 43, *Desafios na Virada do Milênio*, Ed. Loyola, S. Paulo, 1999), organizada pela Conferência dos Provinciais Jesuítas do Brasil (CPIB), o referido Superior Geral mostrou o que é educar homens e mulheres hoje, cuidou do compromisso da educação inaciana com a educação popular, apontou o que significa educar em tempos de globalização, mostrou os sinais distintivos da educação inaciana dentro do projeto global de missão e, ainda, os efeitos da exclusão. Ao concluir a sua fala, foi afirmativo: “No limiar do Terceiro Milênio, a educação e a evangelização enfrentam desafios globais jamais vistos. Não estamos sós. O Senhor dos tempos e da história, Jesus Cristo, que permanece o mesmo hoje, como ontem e pela eternidade (Hb 13, 8), envia-nos em missão. Que a força do seu Espírito nos acompanhe sempre para sermos fiéis servidores da missão no campo da educação” (P. 45).

Em outra ocasião, na Polônia, no Liceu de Gdynia, em 10 de outubro de 1998, ao falar sobre o compromisso da Companhia de Jesus na

educação, recordou alguns traços característicos da educação inaciana: 1. O sentido de pessoa. 2. O sentido de Deus. 3. O sentido de Deus e do homem adquirem plena dimensão na pessoa de Jesus Cristo. 4. A fé viva em Jesus Cristo deverá expressar-se em obras de justiça. Esse pontos – continuou ele – são parte do projeto educativo que deve inspirar um colégio da Companhia de Jesus. (Cfr. *Educação Inaciana, Coleção Inaciana n. 43 cit. p. 47-57*).

Conclusão

Como a educação católica deverá responder a esses questionamentos?

Obediente a padrões éticos que nos ensinam a usar a liberdade, devemos pedir, antes de tudo, o indispensável auxílio divino, ter uma visão de Deus, compreensão do ser humano e uma escala dos valores cristãos que nos foram revelados por Jesus Cristo e são transmitidos pela Igreja, Mãe e Mestra.

Procuramos assinalar, nesta palestra, que os desafios à Ética e à educação cristã já foram lançados no novo milênio que se inicia. Se sabemos que educar hoje não é a mesma coisa que há cem anos, constatamos também que os obstáculos são cada vez mais desafiantes. A globalização não implica necessariamente conotação negativa e a ela a educação cristã não se pode subtrair. O abismo entre os que sabem e os que não sabem vem-se acentuando cada dia. Na corrida do mercado, os pobres sempre perdem. Como ensinou o Papa João Paulo II, em sua encíclica “*Centesimus Annus*”: “para o pobres, à carência de bens materiais juntou-se a do conhecimento e da ciência”. O consumo das drogas vem-se alastrando qual rastilho de pólvora pela ilusões de prazer que proporciona e desperta.

Isso significa, como adverte o Papa João Paulo II, que precisamos empenhar-nos vivamente na luta que está sendo travada pela evangelização se não quisermos perder a batalha. Este Círculo Católico de Pernambuco aparece como um baluarte que será tanto mais forte

quanto maior for o nosso empenho. Temos a sede em um prédio com o nosso nome, patrimônio que nos foi legado pelos antepassados. Temos uma revista que atinge hoje o seu 6º número e divulga o nosso pensamento cristão e católico. Fazemos cursos aos quais têm acorrido pessoas ávidas de saber. Abrigamos a União dos Juristas Católicos de Pernambuco. Mas o que fizemos ainda é pouco para o que precisamos fazer. E,

certamente, faremos com a proteção de Deus e a intercessão da Senhora do Bom Conselho, nossa padroeira, cuja devoção chegou ao Brasil em 1785 pelas mãos de um jesuíta, o Padre José de Campos Lara.

(Palestra proferida no Círculo Católico de Pernambuco, no dia 11 de setembro de 2001)

